



■ DOCUMENTOS APONTAM TEREM SAÍDO DA BACIA DO KWANZA

Chegada dos primeiros negros africanos aos Estados Unidos completa 400 anos

Os primeiros africanos, livres ou já na condição de escravos, nas terras da América do Norte, que mais tarde deram lugar inicialmente às chamadas “Treze Colónias” originais e, depois, à República dos Estados Unidos da América, chegaram exactamente no dia 25 de Agosto de 1619

Faustino Henrique

No dia 25 de Agosto, próximo domingo, completa-se 400 anos da chegada dos primeiros africanos, oriundos da Bacia do Cuanza, ao actual território dos Estados Unidos da América. Foi no ano de 1619. Segundo o Site AJC.com/black-history-month, numa peça assinada por Ernie Suggs, “sobre a escravidão na América, é importante olhar para os números. Especialistas estimam que, durante o tráfico de escravos para o Novo Mundo, mais de 12,5 milhões de pessoas foram roubadas da África, entre 1525 e 1866. Dos que viajaram na jornada traiçoeira, apenas 10,7 milhões sobreviveram à travessia do Atlântico. A maioria dos cativos foi enviada directamente para o Caribe e para a América do Sul, incluindo 4,8 milhões para o Brasil, de acordo com o Trans-Atlantic Slave Trade Database”.

O articulista avança que, comparativamente aos números iniciais, “surpreendentemente, apenas 388.000 foram enviados directamente para a América do Norte”, uma realidade que nos remete também para as datas, concretamente a do desembarque do primeiro contingente. A chegada dos primeiros negros no actual território dos Estados Unidos e, dentro deste, no estado da Virgínia, sucedeu quase de forma accidental, a julgar pela descrição, de várias fontes, que documentam e apontam para a chegada dos primeiros vinte.

Os primeiros africanos, livres ou já na condição de escravos, nas terras da América do Norte, que mais tarde deram lugar inicialmente às chamadas “Treze Colónias”

originais e, depois, à República dos Estados Unidos da América, chegaram exactamente no dia 25 de Agosto de 1619.

Vindos do Ndongo (reino dos Ngola)

Abundam relatos escritos e evidências culturais, materiais e imateriais, que apontam para o facto de os primeiros africanos, não ainda na condição de escravos, que terão chegado à América colonial terem saído da Bacia do Kwanza. De acordo com extractos da carta de John Rolfe (1585-1622), um colono tido como dos primeiros a ser bem sucedido na plantação de tabaco na Virgínia, enquanto cultura de exportação, dirigida a Sir Edwin Sandys, uma figura ligada à Companhia das Índias Orientais, antes de 1614, e que participou activamente nos seus assuntos até 1629, os primeiros africanos, os 20, falavam kimbundu e saíram da Bacia do Kwanza.

Em apenas dois anos, 1618 e 1619, a aliança português-imbangala resultou na captura e escravidão de milhares de pessoas originárias do Ndongo, enchendo, pelo menos, 36 navios com carga humana. Esses cativos seriam enviados para as colónias espanhola e portuguesa na América Central e do Sul, para trabalhar. Foi através desse arranjo que a escravidão se espalhou para a América do Norte Britânica em 1619, quando o caos se instalou e o destino daqueles “20 e estranhos” africanos foi redireccionado para um lugar chamado Colónia da Virgínia, na costa do Atlântico.

Um ano antes de os colonos ingleses chegarem a Plymouth Rock, em 1620,

— ■ —
O status social dos primeiros africanos em Jamestown era confuso e talvez deliberadamente ambíguo. Registos de 1623 e 1624 mencionam os habitantes negros da colónia como servos, não como escravos. Nestes mesmos registos, no entanto, os servos contratados brancos são alistados com a informação sobre o ano em que eles deveriam alcançar a liberdade

para criar uma colónia, um grupo de prisioneiros falantes do kimbundu foi removido à força do Reino de Ndongo, na África Ocidental, por comerciantes de escravos portugueses através do Oceano Atlântico para o recentemente colonizado continente norte-americano.

A data exacta em que esses vinte “angolanos” chegaram à colónia de Virgínia foi precisamente num dia como o de 25 de Agosto de 1619, a bordo do navio negreiro inglês, o White Lion (Leão Branco), que chegou à praia de Point Comfort, na colónia inglesa de Jamestown, no actual estado da Virgínia. De acordo com o Site do Colonial National Historical Park Virgínia, “os 20 africanos foram capturados do navio negreiro português, San Juan Bautista (São João Baptista), após um encontro que o navio teve com o Leão Branco e o seu consorte, o Tesoureiro, outro navio inglês, enquanto ten-

tavam entregar os seus cativos africanos ao México”.

Diz-se que os primeiros africanos da Virgínia, os “20 e negros estranhos”, tradução literal da expressão inglesa “20. and odd Negroes”, com quem passaram para a História, foram na altura recebidos por proprietários abastados que procuravam comprá-los como servos para resolver o seu problema de escassez de mão-de-obra e permitir que a colónia sobrevivesse.

Segundo o Site Encyclopedia.com, “nessa época, o comércio de escravos entre África e as colónias inglesas da América do Norte ainda não havia sido estabelecido e é improvável que os cerca de 20 “angolanos” recém-chegados se tornassem escravos após a sua chegada. Eles talvez fossem considerados servos contratados, que trabalhavam sob algum tipo de contrato, por um certo período de tempo (normalmente sete anos), antes de lhes ser concedida a liberdade e os direitos concedidos a outros colonos. A sua chegada histórica, no entanto, marcou o início de uma tendência atroz na América colonial, na qual os povos da África foram tirados contra a sua vontade das suas terras e condenados à escravidão vitalícia. O robusto crescimento económico das colónias inglesas foi causado em grande parte por essa instituição exploradora”.

O status social dos primeiros africanos em Jamestown era confuso e talvez deliberadamente ambíguo. Registos de 1623 e 1624 mencionam os habitantes negros da colónia como servos, não como escravos. Nestes mesmos registos, no entanto, os servos brancos contratados são alis-

tados com a informação sobre o ano em que eles deveriam alcançar a liberdade;

Nenhum desses anos acompanha os nomes dos servos negros. A liberdade era o direito de nascença de William Tucker, o primeiro africano nascido nas colónias. No entanto, os registos do tribunal mostram que, pelo menos, um africano havia sido declarado escravo em 1640, o ano em que a escravidão foi oficialmente instituída em Jamestown. Após a legalização da escravidão pela colónia da Virgínia, a população africana começou a elevar-se lenta e firmemente. O número de negros aumentou de 23, em 1625, para aproximadamente trezentos, em 1650.

O professor Henry Louis Gates Jr., director do WEB Instituto Du Bois para Pesquisa Africana e Afro-Americana na Universidade de Harvard e editor do Site The Root, levanta a pergunta “quem foi o primeiro afro-americano”? Este eminente académico, contrariando a tese segundo a qual os primeiros negros, 20 no total, tinham chegado ao estado da Virgínia, em 1619, escreve que “na verdade, os africanos chegaram à América do Norte mais de um século antes do Mayflower (famoso navio que, em 1620, transportou os chamados peregrinos da Inglaterra para o Novo Mundo) desembarcar em Plymouth Rock (cidade em que se fundou uma colónia) e antes desses angolanos chegarem à Virgínia. Além disso, sabemos até mesmo a identidade do primeiro africano documentado a chegar. O seu nome era Juan Garrido e, mais surpreendente, ele não era escravo”.

“Juan Garrido”, segundo o professor Gates, “nasceu na África Ocidental por volta de 1480”. Segundo os historiadores Ricardo Alegria e Jane Landers, a “probanza” (*curriculum vitae*) de Garrido, datada de 1538, diz que ele se mudou da África para Lisboa, capital de Portugal, por vontade própria e, como um homem livre, permaneceu na Espanha por sete anos. Juntou-se aos primeiros conquistadores para o Novo Mundo.

Todas as testemunhas juramentadas deste documento afirmam que Garrido era “horro”, ou livre, quando chegou à Espanha. Navegando de Sevilha por volta de 1508, aportou na ilha de La Española, hoje denominada Hispaniola, terra que corresponde agora à República Dominicana e ao Haiti. Mais tarde, ele estabeleceu-se em San Juan, Porto Rico”. Para o académico de Harvard, “Garrido é o primeiro negro documentado a chegar aos Estados Unidos e é também o primeiro conquistador negro”.

Para reforçar a ideia, provavelmente ainda por explorar em termos académicos, de que grande parte dos que se assumem hoje como “african-american” (afro-americano) partiram das terras que fazem parte do actual território de Angola, oicamos o que escreveu um académico que esteve no nosso país e visitado o Museu da Escravidão:

“Uma das maiores surpresas sobre a história do tráfico de escravos para os Estados Unidos é a alta percentagem de nossos antepassados que foram levados a partir deste país chamado Angola. Os afro-americanos tradicionalmente consideram Ghana e Senegal como as nossas casas ancestrais mais comuns no continente africano, mas quase metade de todos os escravos que chegaram a este país embarcaram de duas fontes: Senegâmbia, sim, mas também Angola”.

Acredita-se que cerca de um quarto dos ancestrais afro-americanos vieram de Angola, facto que parece passar despercebido quando comparado esse dado e as movimentações que são feitas da América para África, envolvendo sobretudo a comunidade negra. Parece muito afastado das suas reais raízes ancestrais, se compararmos as atenções que outros destinos africanos recebem, quer em termos de intercâmbio, quer em termos de pesquisa genética, para definir a ancestralidade dos afro-americanos,

Angola, apesar do que já se disse e mesmo estando documentado, é quase sempre posta de lado. Mas Angola, curiosa e provavelmente o único país africano cujo nome aparece na História dos Estados Unidos da América a designar plantações, cidades, vilas e unidades penitenciárias, tem muito em comum, particularmente no que diz respeito à herança e história dos povos negros que descendem dos antigos escravos.

Luís Costa | Washington *

Se Angela (assim está escrito em documentos de 1625) está entre os escravos africanos mais estudados da história dos EUA, a rainha Njinga também está entre os soberanos africanos do seu tempo, mais estudados neste país.

A preocupação de alguns académicos norte-americanos em relação a estas duas figuras – a primeira ausente dos manuais angolanos e a segunda venerada por causa do seu impacto na História – está explicada naquilo em que se converteram Point Comfort e Jamestown, Virgínia, a meu ver, as localidades americanas mais tocadas por Angola.

Há na história americana factos relevantes ligados a Angola: Jemmy, uma corruptela de Jaime, entrou para a história em 1739, por ter liderado a chamada Revolta do Stono, na então província britânica da Carolina do Sul. Esta contestação custou a vida a 25 cidadãos brancos e entre 30 e 50 escravos africanos.

Originário de territórios do antigo Reino do Congo, Jemmy era um escravo letrado. O domínio que ele e escravos do seu grupo tinham da língua e de costumes portugueses leva alguns estudiosos a pensarem que eles eram originários de territórios que hoje constituem Angola. Algumas sugestões apontam Cabinda como sendo o local de onde terão partido para a América do Norte.

A Enciclopédia de Humanidades do estado da Virgínia indica que nada disso teria sido possível, se o navio negreiro português São João Bautista, que tinha partido de São Paulo de Luanda, em 1619, com 350 escravos, com destino a Vera Cruz, hoje México e antigamente Nova Espanha, não tivesse sido tomado pelas embarcações britânicas, White Lion e Treasurer. Sem meios para proteger o que tinha adquirido em São Paulo de Luanda, o capitão Manuel Mendes da Cunha, comandante do São João Bautista, viu serem-lhe apreendidos 50 escravos, entre eles Angela.

O Treasurer seguiu viagem para Point Comfort, Colónia da Virgínia, onde, de acordo com a mesma enciclopédia, chegou em finais de Agosto de 1619, com um grupo de negros, que se tornariam nos primeiros escravos a chegarem à América do Norte. Nancy Egloff, historiadora ligada ao Centro Histórico de Jamestown, diz que, depois de vendidos a terceiros, Angela e outros escravos acabaram levados para Jamestown, que dista 59 quilómetros de Point Comfort.

“Point Comfort, actualmente Fort Monroe, foi a porta de entrada. Jamestown é para onde, depois, foram levados e onde viveram o resto das suas vidas”, registou a historiadora.

Dados do censo de 1624, detidos pelo Arquivo Nacional da Grã-Bretanha e apresentados ao Centro Histórico de Jamestown, especificamente para esta celebração, tem

■ **UMA DAS SOBERANAS DE ÁFRICA MAIS ESTUDADAS NOS EUA**

Rainha Njinga, a soberania chegou à América

Celebração nos EUA assinala a chegada, há 400 anos, dos primeiros escravos africanos a esta parte do mundo, num processo que colocou Jamestown e Point Comfort nos anais da história local



Angela como sendo uma “mulher negra que chegou a bordo do Treasurer”. Por força do efeito dado à última letra do seu nome, Angela, a mim pareceu-me ser um “ô”. Em alguns documentos é tratada como Angelo, com a ressalva de que é sempre identificada como alguém do sexo feminino.

É à volta da sua saga que decorre a celebração da chegada, há 400 anos, dos primeiros escravos africanos a esta parte do mundo, num processo que colocou Jamestown e Point Comfort nos anais da história dos EUA. A relevância que este

detalhe tem no contexto histórico norte-americano é significativa, mais não seja porque os EUA são um país que debate a sua história e o seu passado até à exaustão. Pouca diferença

faz o facto de, no contexto do comércio de escravos, a América do Norte ter recebido uma pequena fracção das pessoas compradas em África e vendidas nas Américas.

— ■ —
Há na história americana factos relevantes ligados a Angola: Jemmy, uma corruptela de Jaime, entrou para a história em 1739, por ter liderado a chamada Revolta do Stono, na então província britânica da Carolina do Sul. Esta contestação custou a vida a 25 cidadãos brancos e entre 30 a 50 escravos africanos

Em 2014, o académico Henry Louis Gates Jr, uma das principais autoridades nessa matéria, citou passagens de uma base de dados inspirada nos manifestos de navios usados no comércio transatlântico de escravos, a qual dizia que, entre 1525 e 1866, 12 milhões de africanos foram enviados para o chamado novo mundo, “as Américas” e que, destes, 10.7 milhões sobreviveram à travessia, desembarcando na América do Norte, Caraíbas e América do Sul.

“Quantos destes 10.7 milhões de africanos foram mandados directamente para

América do Norte? Apenas a 388 mil. (...) Isto é uma percentagem ínfima”, diz Henry Louis Gates Jr.

A circunstância de os Estados Unidos da América terem na sua história uma cicatriz chamada escravatura eleva a relevância destas duas pequenas localidades, situadas a 254 quilómetros de Washington, sede do Governo Federal. O tratamento que ambas dão a este pormenor da história é incomensurável. Há mais de 5 anos que Jamestown tem no seu Centro Histórico uma galeria dedicada à rainha Njinga e ao reino que ela liderou.

Em Maio último, visitei Jamestown pela terceira vez. Comigo iam um irmão, a esposa e um sobrinho. Fechada para reparações, que tinham em vista as celebrações que esta semana têm o seu apogeu, a galeria foi aberta exclusivamente para nós. Ciosos da aspiração dos meus acompanhantes em ver como Jamestown tinha “abraçado” a saga da chegada dos primeiros escravos à América, Nancy Egloff e Peter Armstrong, director principal do Centro Histórico de Jamestown, proporcionaram um “tour” privado.

Construída com recurso a fundos públicos e a doações, esta galeria tem um pequeno auditório no qual é exibido um documentário que oferece uma reconstituição de como se vivia no local de onde Angela era originária. A isto, junta-se painéis, com narração em kimbundo, de aspectos da vida da população local naquele tempo.

O que mais me tocou, ao ouvir novamente esta narração, foi o mesmo que me tocou das duas vezes que lá estive. Resultado de um trabalho que envolveu, entre outros, a historiadora Linda Haywood (autora do livro, “Njinga of Angola, Africa's Warriors Queen”) e Thomas Davidson, ao tempo curador sénior daquele centro, a narração é feita num kimbundo que me remete para o kimbundo que ouvia na rádio na minha infância.

Não o falo, mas a melodia da narração faz-me lembrar o kimbundo que ouvia na Voz de Angola, há 50 anos. Era algo diferente do kimbundo de Malanje de que era originário o meu pai, sendo mais próximo do kimbundo falado pela minha mãe, cuja raiz está na Ilha de Luanda.

As celebrações em curso em Virgínia incluíram uma conferência que a Voz da América promoveu, esta quinta-feira, na Universidade de Norfolk, e o início no fim de semana, em Point Comfort, de uma vaga de eventos.

Point Comfort, que compete com Jamestown na reivindicação da preponderância à volta da chegada dos primeiros escravos à América, era suposto ver concluído o Centro Histórico que vai dar tratamento a esta abordagem. Questões de força maior provocaram atrasos na conclusão da obra.

* Produtor multimedia da redacção central da Voz da América

Ferreira Fernandes /*

■ TERRA DE ARMSTRONG, HUGHES, LUTHER KING, POITIER, OBAMA E OUTROS

A América foi fundada também por angolanos

Eram angolanos os primeiros 20 negros a chegar à América – a Jamestown, na Virgínia. Foi exactamente há 4 séculos, 1619. E, passados sete anos, em 1626, foram angolanos os primeiros 11 negros a chegar a Nova Iorque

A **Jamestown**, uma cidade-zinha costeira do estado da Virgínia, chega-se por estradas com bermas relvadas e paisagens soberbas. O Outono mancha de vermelho vivo ou amarelo luminoso as folhas dos áceres, o rio James tem pousados bandos de patos, tudo é belo e glorioso como para assinalar o que Jamestown é. E o que Jamestown é expõe-se num grande mural do seu Museu da Colonização. Ali nasceu a América como a entendemos hoje, cruzamento de povos. E, pelo mural, ficamos a saber que começou com angolanos.

O mural está centrado no azul do Oceano Atlântico que tem por moldura os seus três continentes. E em cada um dos continentes, a vermelho, assinala-se os três lugares e povos que se encontraram em Jamestown: à esquerda, sobre o ponto do encontro, os índios algonquins; à direita, em cima, a Inglaterra, de onde vieram os primeiros 117 colonos brancos; e, também à direita, mais abaixo, Angola, de onde vieram os primeiros 20 negros que chegaram à América que viria a ser os Estados Unidos.

Os índios já lá estavam há séculos. Os brancos chegaram em 1607 e são a primeira colonização inglesa na América (só três anos mais tarde desembarcaram, bem mais a norte, em Plymouth, na Nova Inglaterra, os famosos Pilgrim Fathers, que vieram no ainda mais famoso barco Mayflower). E os angolanos chegam em 1619 a Jamestown. O título do mural é “Os Povos da Virgínia no Séc. XVII”. Os três componentes iniciais do que viria a ser a América estavam, pois, já ali, no começo de 1600, num vilarejo da costa de um território que se chamou Virgínia em homenagem à então rainha inglesa, Isabel I, a Virgem.

Depois, quase tudo do grande país que se foi construindo centrou-se sobre a América branca, porque nela esteve sempre o poder. Mas, pouco-a-pouco, a América foi-se descobrindo também de outros e foi dando atenção aos outros. Na década de 50, César Chávez foi preso várias vezes por ser o líder sindicalista dos camponeses mexicanos dos campos californianos (foi ele quem inventou a frase “sí, se puede”, a primeira versão da agora tão conhecida “yes, we can”, “sim, nós podemos”). Hoje, a rua principal de Los Angeles chama-se César Chávez.

A América foi aceitando os outros e essa é sua maior força. O actual governador do estado do Louisiana chama-se Bobby Jindal e nasceu nos Estados Unidos em 1971, dois anos depois de os pais, imigrantes, terem chegado da Índia... São cada vez mais os símbolos da América mestiça, cruzada. Os outros, que não só os descendentes dos europeus, foram ocupando lugares de relevância. E agora – neste Novembro de 2008, quando é eleito para Presidente dos



Estados Unidos o primeiro não-branco, Barack Obama – as atenções focam-se na comunidade negra que tanto tem dado à grande nação americana. Sendo os precursores dessa comunidade negra, os angolanos são cada vez mais objecto da atenção americana – não só dos estudiosos das universidades, como da opinião pública. O Museu de Jamestown é dos mais visitados da América.

O “Mayflower” angolano não se chamava assim e acabou por ser três barcos. Em 1619, a fragata espanhola San Juan Bautista levava 350 escravos de Luanda para Vera Cruz, no México. Os escravos tinham sido feitos prisioneiros pelos guerreiros imbangalas que aliados aos portugueses tinham atacado o Reino de Ngola, em regiões banhadas pelo rio Lucala.

Levados para Luanda, foram guardados nos quintalões e embarcados, em Maio, na San Juan Bautista. O destino eram as minas de prata mexicanas mas nem todos chegaram lá. A fragata

espanhola foi atacada, no Golfo do México, por dois barcos piratas ingleses, o White Lion e o Treasurer, que lhe roubaram 60 dos mais fortes angolanos – homens, mulheres e crianças. Os piratas rumaram para a costa da Virgínia e, em Agosto de 1619, em Jamestown, a colónia inglesa recentemente fundada, deixaram 20 negros, em troca de mantimentos. Os angolanos chegaram, pois, muitos meses antes dos Pilgrim Fathers, os mais famosos fundadores da América.

Os angolanos, ainda no San Juan Bautista, ao atravessar o Atlântico, chamavam-se a si próprios “malungos”, isto é, patrícios, aqueles que vinham da mesma região, na mesma viagem... Hoje, investigadores americanos consideram que o termo “malungo” é o primeiro que define os “afro-americanos”.

O estatuto de escravo não existia na Virgínia. A maioria dos brancos que tinham vindo de Inglaterra era pobre e para pagar a sua passagem tornava-se “indentured ser-

vant”, contratados, nas plantações de tabaco à volta de Jamestown. Trabalhavam de três a seis anos, antes de adquirir a liberdade. Os donos das plantações ficaram contentes com a nova mão-de-obra, negra, que podiam guardar e explorar

■
Levados para Luanda, foram guardados nos quintalões e embarcados, em Maio, na San Juan Bautista. O destino eram as minas de prata mexicanas mas nem todos chegaram lá

mais tempo, antes de lhe dar a liberdade. As duas plantações que tiveram mais sucessos na Virgínia foram exactamente aquelas que ficaram com os trabalhadores angolanos.

Os angolanos chegaram com nomes cristãos: António, Maria, Margarida, Francisco... Os frades capu-

chinhos evangelizavam no Reino de Ngola, ainda reinava o velho Ngola Kiluange, como continuaram a catequizar com sua filha Nzinga, chamada Jinga pelos portugueses. No belo Museu da Colonização, de Jamestown, a maior das estátuas é de Njinga, que ainda não reinava quando os seus patrícios chegaram à América (em 1619, o rei de Ngola era Mbandi, o seu irmão). No filme que é projectado no museu e que foi parcialmente realizado em Angola, uma jovem diz chamar-se “Angela”, um dos nomes da relação dos primeiros angolanos desembarcados.

O museu mostra em tamanho natural uma aldeia africana, onde uma mulher bantu, à frente de uma cubata, fuma cachimbo (palavra portuguesa que vem do quimbundo e actividade ironicamente ligada à principal produção da Virgínia, o tabaco). Compara o pilão angolano com os mesmos instrumentos europeus e de índios americanos para moer o milho. A intenção mani-

festa do museu – que é visitado diariamente pelas escolas como lugar de estudo – é comparar as civilizações, para mostrar o cadinho que fez a América.

Duas das gravuras que são mostradas em grande plano são o encontro de enviados portugueses à corte de D. Álvaro, rei do Congo, e o encontro em Luanda de Njinga com o governador português. Expõe-se uma reprodução do rosário católico com que a rainha Njinga foi enterrada. Sublinha-se frases de testemunhas europeias – o bispo Manuel Baptista Soares, o português Garcia Simões, o estudioso do kikongo Filippo Pigafetta – que conheceram e respeitaram a sociedade angolana contemporânea daqueles novos americanos. Sendo Jamestown um dos destinos turísticos mais procurados dos Estados Unidos, calcule-se a oficina de propaganda angolana que está naquele museu.

* Texto publicado pela primeira em 2008, no jornal “O País”

Primeiros africanos de Nova Iorque, os angolanos e os seus descendentes foram também “os primeiros” em várias categorias. O gosto dos americanos pela pequena história ajudou-nos a fazer uma lista de alguns desses acontecimentos. A primeira adopção legal de uma criança por um casal negro foi feita, em 1661, por Emanuel Pieterse e sua mulher Dorothy Angola, ambos cidadãos livres (tiveram de pagar pelo menino Anthony Angola 300 guinéus).

Os primeiros negros que se casaram pela igreja foram Anthony van Angola, um viúvo, e Lucie d’Angola, uma viúva, em cerimónia que se realizou a 5 de Maio de 1641, em St. Nicholas, a igreja do forte de Nova Amsterdão. Depois disso, os casamentos pela igreja tornaram-se um hábito na comunidade negra. O filho de Peter Santomee, um dos onze que chegaram em 1626, foi Lucas Santomee, uma espécie de Barack Obama: ele foi o primeiro médico americano de origem africana.

O memorial criado no lugar onde se descobriu o primeiro cemitério africano de Nova Iorque, na rua Duane, vizinho à Bolsa de Wall Street, é monumento nacional e nas suas salas, em destaque natural, está a bandeira da República de Angola. Os angolanos, que não tiveram emigração recente para os Estados Unidos, julgavam-se afastados da sua história.

Afinal, eles estiveram na origem dessa saga – e foram os primeiros africanos a chegar, seja a todo o território dos Estados Unidos, seja à sua maior e famosa cidade, Nova Iorque.

Os primeiros negros que se casaram pela igreja foram Anthony van Angola, um viúvo, e Lucie d’Angola, uma viúva, em cerimónia que se realizou a 5 de Maio de 1641, em St. Nicholas, a igreja do forte de Nova Amsterdão. Depois disso, os casamentos pela igreja tornaram-se um hábito na comunidade negra.

Os olhos do mundo ficaram pregados nessa lição de misturas de povos que foi a eleição de Obama. E Angola poderia dizer que sim, também contribuiu para a construção da América. A imensa maioria de angolanos foi para lá vítima desse flagelo histórico que foi a escravatura. Mas deixaram a bola bater no peito e foram em frente... Eles também foram os pais dessa comunidade que deu Louis Armstrong, Langston Hughes, Martin Luther King, Sidney Poitier, Muhammad Ali, Barack Obama e tanto transformou a América.



Primeiros em várias categorias



Nas colónias do centro foram fundadas as cidades de Nova Iorque, Pensilvânia, Delaware e Nova Jersey

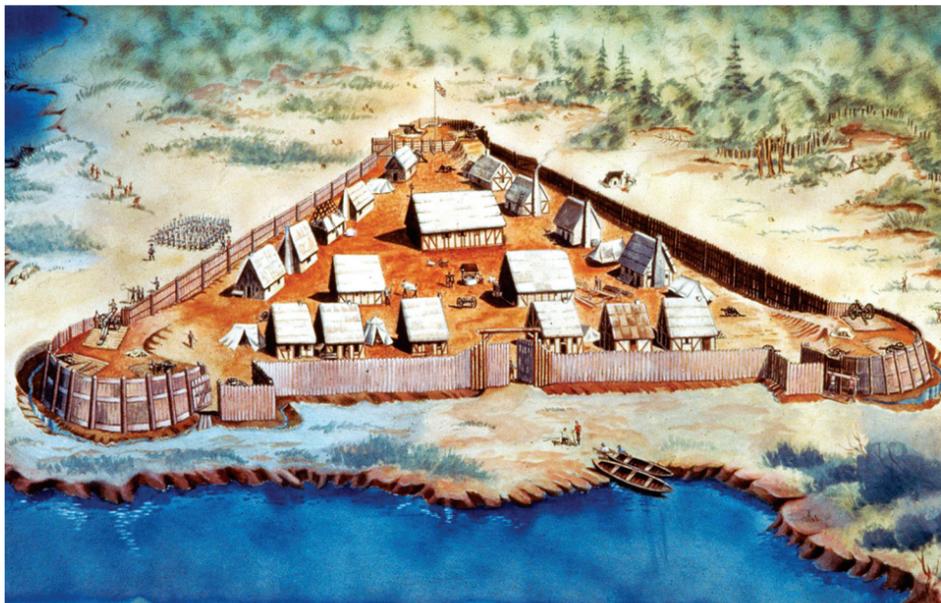
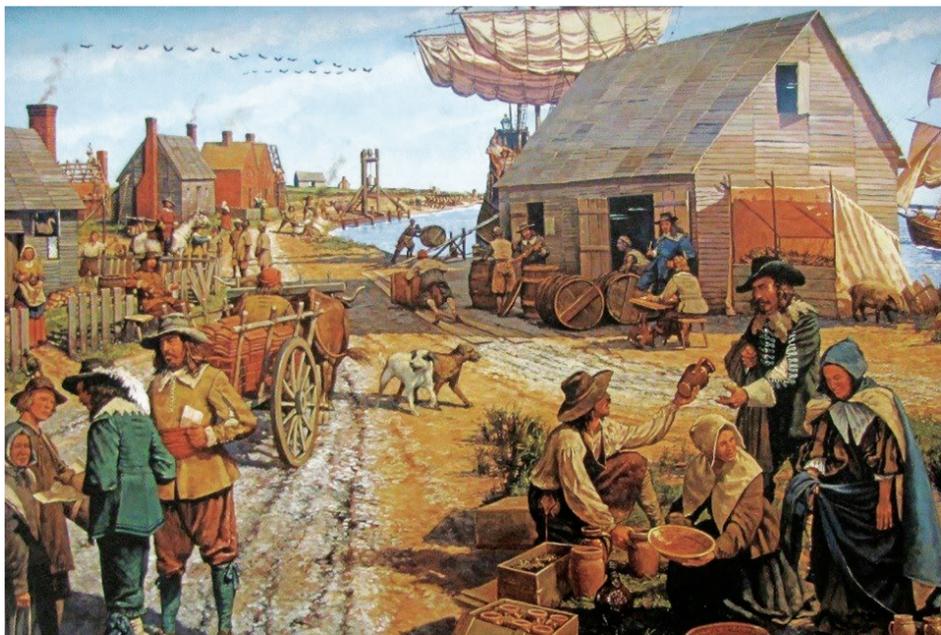
A atenção que começa a dar-se a esta emigração forçada permite que seja seguida a rota de alguns dos seus protagonistas. Assim, vai-se conhecendo alguns dos angolanos que foram também fundadores da nação americana. Veja-se o caso daquele que na relação inicial da sua chegada a Jamestown só ficou marcado com este nome: “Antonio, o Negro”, assim, sem acento. Em 1625, sabia-se que ele trabalhava, mais a mulher, a também angolana Maria, na condição de contratados (como o dos ingleses pobres que chegavam ao Novo Mundo) na plantação de tabaco do proprietário Richard Bennet.

Em 1640, ambos compraram a sua liberdade. Algueres na “Eastern shore of Virginia”, na costa leste da Virgínia, adquiriram inicialmente 250 acres de terra, tiveram quatro filhos e chegaram a ser proprietários de 900 acres. Segundo documentos da época, Antonio e Maria tiveram, pelo menos, um escravo, John Casar, de quem se desconhece a origem, e uma criada, Mary Gersheen. Entretanto, a família adoptou um nome: Johnson. Em 1660, a família Johnson emigrou para Maryland, então a mais católica das regiões americanas. O angolano Antonio, o Negro, morreu em 1660, e a sua mulher, Maria, em 1688 – e a sua família, os Johnson, desapareceu na paisagem americana. Já esquecidos do rio Quanza...

O extraordinário é que o mesmo processo – com gente vinda do mesmo sítio e tendo o mesmo destino – aconteceria um pouco mais acima na costa americana e um pouco mais tarde, só sete anos mais. Em 1626, um grupo de onze angolanos chegou a Nova Amster-



A rota dos protagonistas



Uma reconstrução do forte triangular original de Jamestown com a igreja e as casas construídas

dão (cujo nome mudaria para Nova Iorque, pouco depois), no ano seguinte à cidade ter sido fundada. Quis, pois, a História que os angolanos fossem não só os primeiros africanos em território que viria a ser os Estados Unidos, em Jamestown, Virgínia, mas também os primeiros da sua cidade símbolo, Nova Iorque.

Alguns destes angolanos tornaram-se lavradores onde hoje se ergue a mais famosa cidade do mundo, Nova Iorque. Em plena Manhattan, Paulo d’Angola tinha a sua quinta, cultivando trigo, centeio e feijão onde hoje são as ruas Minetta Lane e Thompson Street

Dessa vez não se sabe em que navio vinham, mas julga-se também que eram barcos espanhóis com escravos que nas Caraíbas foram apresados por piratas. Estes trouxeram os africanos para Nova Amsterdão, cidade fundada pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Também não havendo escravatura em Nova Amsterdão, o estatuto dos recém-chegados ficou confuso e entregue, temporariamente, à Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

Angolanos porquê? Porque há a relação completa dos nomes e a maioria destes, apesar da confusão das grafias, aponta para a mesma origem: Paulo d’Angola, Simão d’An-

gola, Anthony Portuguese, John Francisco, Big Manuel, Little Manuel, Anthoni Portuguis Gracia, Peter Santomee, Jan Francisco, Little Anthony e Jan de Fort Orange. No ano seguinte, chegaram três mulheres angolanas, também com nomes de origem portuguesa.

Trabalharam para a Companhia Holandesa como camponeses e, 18 anos depois, os onze angolanos deram origem à primeira proclamação de emancipação da América, em 25 Fevereiro de 1644:

“Nós, director-geral Willem Kieft, consideramos os negros (seguem-se os onze nomes), que serviram a Companhia das Índias Ocidentais, com os mesmos direitos dos homens livres da Nova Holanda (como se chamava, então, o território onde estava Nova Amsterdão, que seria Nova Iorque mais tarde)”. Os angolanos conseguiram a libertação que, nos estados do Sul só mais de dois séculos depois, ao fim da Guerra Civil americana, muitos negros tiveram.

Alguns destes angolanos se tornaram lavradores onde hoje se ergue a mais famosa cidade do mundo, Nova Iorque. Em plena Manhattan, Paulo d’Angola tinha a sua quinta, cultivando trigo, centeio e feijão onde hoje são as ruas Minetta Lane e Thompson Street. Big Manuel lavrava as suas terras que ficavam no que é hoje uma das praças mais emblemáticas da cidade: o Washington Square. A Greenwich Village, a zona onde ficavam essas propriedades dos angolanos, iria ser por dois séculos o bairro dos negros em Nova Iorque. Só deixou de o ser no séc. XIX, com a chegada em massa dos negros do sul que foram para o Harlem.

Francisco José da Cruz / *

Angola e Estados Unidos da América (EUA) viveram uma fase conturbada nas suas relações de 1975, altura da Independência do país africano do jugo colonial português, até ao reconhecimento do Governo angolano por Washington, a 19 de Maio de 1993. Foi um processo longo e difícil, com implicações directas na guerra que durante dezenas de anos devastou o território angolano.

Alcançada a paz, reforçada a estabilidade e a reconciliação nacional, Angola é hoje um dos parceiros estratégicos dos EUA na África Subsaariana. Tanto Luanda como Washington estão a tomar iniciativas para forjar uma cooperação cada vez mais abrangente, que defenda os seus interesses bilaterais, incluindo no que concerne à democracia, à segurança e à resolução de conflitos.

Final, a história até irmana Angola e EUA num “sentimento de cumplicidade” decorrente de um passado comum. Na verdade, os angolanos também estiveram na base da criação da nação americana tal como a conhecemos hoje. Estudos e descobertas mais recentes provam que o surgimento dos EUA assentou em três pilares fundamentais, nomeadamente, os ingleses ao criarem Jamestown, o primeiro colono permanente em território americano; os escravos angolanos que chegaram depois e ajudaram a promover a cultura do tabaco e o desenvolvimento da colónia; e os índios Pawhattan, habitantes originários desta região de Virgínia.

Estudos indicam que muitos dos escravos eram alfabetizados e já haviam mantido contacto com europeus. Alguns dos angolanos de Jamestown acabaram por ganhar a sua liberdade, após terem trabalhado durante anos como serviçais contratados, sem auferirem um salário

O colono de Jamestown, fundado por 108 ingleses, em 1607, estava localizado nas margens da baía de Chesapeake - o maior estuário nos EUA em que desembocam mais de 150 rios e está cercado pelos actuais estados americanos de Maryland e Virgínia. Durante muito tempo, acreditava-se que os primeiros negros que ali chegaram eram escravos africanos provenientes das Índias Ocidentais, trazidos por barcos que navegavam com bandeira holandesa.

No entanto, pesquisas acabam de confirmar que estes escravos eram originários de Angola e que estavam a ser inicialmente transportados no navio negreiro português São João Baptista para o Porto de Vera Cruz, no México, quando este foi capturado

HISTÓRIA COLOCA ANGOLANOS NA CONSTRUÇÃO DA AMÉRICA

Angola e EUA: fase conturbada deu lugar à parceria estratégica

Os angolanos também estiveram na base da criação da nação americana, tal como a conhecemos hoje. Escravos angolanos de Jamestown acabaram por ganhar a liberdade, após terem trabalhado durante anos como serviçais contratados, sem auferirem um salário



Monografia da chegada dos primeiros escravos à América em 1619 (Sidney King)

O Museu de Jamestown montou uma exposição permanente denominada “Angola”, para assinalar a presença dos primeiros angolanos na América do Norte. Por outro lado, uma equipa de arqueólogos e historiadores está a efectuar um trabalho de escavação arqueológica a sul de Tampa, na Flórida, para encontrar as ruínas de Angola, um povoado negro livre, cujos habitantes escaparam à escravatura em finais dos anos 1700 e princípios de 1800.

Há muito que a Flórida espanhola representava um problema para os estados e territórios americanos do sul que tinham instituído a escravatura. As autoridades espanholas assumiam uma postura de protecção em relação aos escravos que fugissem em busca de liberdade, oferecendo-lhes abrigo desde que estes se convertessem ao catolicismo romano. Para eles, era uma forma de enfraquecer a posição do seu vizinho do norte no Novo Mundo e ganhar “aliados” para a defesa das suas possessões na Flórida. As populações nativas da região também mantinham uma relação de cooperação com estes negros, a que respeitavam pelo seu conhecimento e habilidades, particularmente na agricultura.

Nos anos 1980, nos arredores da cidade de Saint Augustine, na Flórida, foram descobertos vestígios do Forte Mose, um símbolo de liberdade para os escravos fugidos da Carolina do Sul e da Geórgia. Não foi fácil para eles escaparem à sanha assassina dos soldados e dos caçadores de cabeças a

prémio que os perseguiam, mas animava-lhes a esperança de alcançar uma vida de independência e de dignidade.

A natureza dinâmica desta aspiração profunda de liberdade, primeiro representada pelo Forte Mose, nos anos 1700, e, em seguida, pelo Forte Negro, no princípio dos anos 1800, criou um verdadeiro dilema aos proprietários de escravos, que consideravam a mera existência dessas comunidades como sendo um estímulos e um incentivo para escravos fugirem para o sul da Flórida espanhola.

Tanto o Forte Mose como o Forte Negro já tinha sido destruídos pelas autoridades americanas, quando estas tomaram conhecimento de uma nova ameaça ao longo da costa ocidental da Flórida. Tratava-se de Angola, uma comunidade agrícola criada por 300 antigos escravos angolanos, por volta de 1812, ao longo do rio Manatee, que os arqueólogos acham que se estendia de Tampa ao Condado de Sarasota.

Angola acabou por representar a nova realização do sonho de liberdade para os escravos foragidos. Este povoado foi crescendo, primeiro com a chegada de cerca de 40

sobreviventes do Forte Negro, quando este foi destruído, em 1816, a mando do general americano Andrew Jackson.

Em 1818, uma nova vaga de refugiados chegou a Angola. Jackson atravessara novamente a fronteira na Flórida, com 4000 soldados, numa campanha contra combatentes negros livres que apoiavam a Espanha e a Grã-Bretanha e para capturar e devolver escravos foragidos aos seus donos. A expedição estava na segunda semana, quando entrou em choque com cerca de 400 guerreiros negros nas margens do rio Suwannee. Contra todas as expectativas e previsões militares, estes conseguiram resistir durante um dia, dando assim tempo para que as suas famílias atravessassem o rio antes do grupo fugir em direcção sul, para Angola.

Enfraquecida no seu poderio, em 1819, a Espanha negociou a Flórida para resolver com os Estados Unidos a questão das fronteiras na parte ocidental. Os espanhóis fizeram tudo para que o acordo assinado garantisse explicitamente os “privilégios, direitos e imunidades” da cidadania americana para todos os habitantes da Flórida, incluindo os negros livres e americanos nativos, para que estes con-

tinuassem a manter uma vida digna e em liberdade.

O autor Canter Brown Jr. escreveu no seu livro “Tales of Angola: Free Blacks, Red Stick Creeks and International Intrigue in Spanish Southwest Florida, 1812-1821” que Jackson pretendia destruir Angola desde que soube da sua existência. Uma vez nomeado governador interino para monitorar a transferência da Flórida, o general americano ignorou os termos do acordo e, em 1821, pediu permissão ao secretário de Guerra, John Calhoun, para capturar os negros livres que viviam em Angola para serem devolvidos aos proprietários de escravos.

Apesar de Calhoun ter categoricamente indeferido tal pretensão, pouco tempo depois, Angola era destruída durante uma incursão de índios, comandada por William McIntosh, um aliado de Andrew Jackson. As casas foram queimadas e cerca de 300 negros capturados como escravos.

Porém, muitos dos residentes de Angola conseguiram escapar e, num acto de coragem e determinação, iniciaram uma longa e perigosa jornada, usando simplesmente as suas habilidades de sobrevivência, até alcançarem a ilha de Andros, nas Bahamas, onde os seus descendentes ainda vivem hoje. Outros fugiram em direcção ao rio de Paz para se juntarem a um povoado de negros livres perto do lago Hancock, conhecido como Minatti - um nome que possivelmente se referia ao rio Manatee, onde Angola fora estabelecida.

por corsários ingleses e levado para Virgínia.

No seu trabalho de investigação, os historiadores Engel Sluiter e John Thornton, das universidades da Califórnia e de Boston, respectivamente, chegaram à conclusão de que estes escravos eram provenientes dos reinos do Ndongo e Kongo, territórios que actualmente constituem parte de Angola. Sluiter, já falecido, descobriu que o navio São João Baptista, com 350 escravos a bordo, foi atacado ao largo do México, em 1619, por dois barcos de corsários não identificados.

Todavia, com base em documentos da época, o professor Thornton determinou que eram os barcos ingleses Treasurer e White Lion que navegavam com bandeira holandesa, tendo entrado em Jamestown com quatro dias de diferença entre si, e que levaram a cabo trocas de alguns dos escravos por mantimentos.

Estudos indicam que muitos dos escravos eram alfabetizados e já haviam mantido contacto com europeus. Alguns dos angolanos de Jamestown acabaram por ganhar a sua liberdade, após terem trabalhado durante anos como serviçais contratados, sem auferirem um salário. Um dos casos registados é o de um escravo chamado António, que chegou à Virgínia em 1621, a bordo do barco James e posteriormente vendido a um fazendeiro de tabaco.

Anos depois, ganhou a sua liberdade, adoptou o nome de Anthony Johnson e tornou-se também um fazendeiro de tabaco de sucesso e ele próprio dono de um escravo africano. Porém, após o seu falecimento, em 1670, os seus filhos perderam parte da sua herança, porque o tribunal determinou que “como um homem negro, Anthony Johnson não era um cidadão da colónia” e permitiu que uma das suas propriedades fosse ocupada por um fazendeiro branco.

No seu trabalho de investigação sobre a presença dos angolanos nos EUA, editado pelo Centro de Estudos Afro-Americanos da famosa Universidade de Califórnia em Los Angeles (UCLA), a religiosa norte-americana Kellerberger Vass concluiu que a introdução de contingentes de escravos vindos do actual litoral de Angola foi mais significativa nas regiões meridionais da federação norte-americana, tais como o Alabama, a Geórgia, a Flórida, o Mississippi, as Carolinas do Norte e do Sul e a Virgínia.

Durante as escavações para a construção de um edifício público em Manhattan, em 1991, foram encontrados esqueletos humanos entre as ruas Broadway, Duane, Elk e Reade, dois quilómetros a norte de Wall Street, o centro financeiro do mundo. De 1660 a 1796, funcionou naquele espaço um dos maiores e mais antigos cemitérios de escravos dos EUA, onde milhares de negros, bem assim como índios e brancos pobres foram enterrados. O local é agora conhecido como o Cemitério dos Africanos e considerado património histórico nacional.

*Embaixador

Nova Amsterdão tinha uma população negra relativamente grande, que, no século XVIII, só era superada por Charleston, na actual Carolina do Sul, como um centro urbano de população de escravos. Manhattan teve africanos escravos quase desde a sua criação pelos holandeses, em 1624.

Na verdade, com as suas bases em Angola, na África Ocidental, no Brasil, na América do Sul e em Curaçao, a maior ilha nas Antilhas no mar das Caraíbas, a Dutch West India Company (Companhia da Índia Ocidental Holandesa) - uma das empresas do mundo mais activas no comércio negreiro nos séculos XVII e XVIII - pretendia fazer de Manhattan, no nordeste da costa atlântica da América do Norte, um verdadeiro entreposto de um comércio quadrangular eminentemente escravagista.

Assim, um número considerável de escravos saídos, nomeadamente, de Angola continuou a chegar a Manhattan, cuja população cresceu rapidamente até 1712. Nessa altura, ocorreu o que governador real de Nova Iorque, Robert Hunter, descreveu como sendo uma "conspiração sangrenta", levada a cabo por alguns escravos para se vingarem do tratamento cruel a que estavam sujeitos por parte dos seus donos.

À meia-noite de 6 de Abril de 1712, uma vintena deles lançou fogo a vários edifícios no centro da cidade, tendo assassinado nove brancos e ferido uma dúzia quando estes tentaram extinguir o incêndio. A vingança não se fez esperar. Dezanove escravos foram queimados vivos e outros enforcados, numa retaliação violenta para servir de exemplo e de medida de persuasão.

Anos depois, aconteceu um dos primeiros conhecidos actos de rebelião organizados contra a escravatura dentro das fronteiras actuais dos EUA. No dia 9 de Setembro de 1739, 20 negros da Carolina do Sul liderados por Jemmy, um escravo angolano até já letrado, reuniram-se perto do rio Stono, vinte milhas a sudoeste de Charleston,



Marco erguido em Fort Monroe, antigo Point Comfort, Virgínia, ponto de chegada à América dos primeiros escravos africanos

para lançar um movimento para a conquista da sua liberdade. Iniciaram então uma marcha, agitando um estandarte onde estava escrita a palavra "Liberdade", a mesma que gritavam em uníssono. No trajeto, mataram 2 comerciantes e apoderaram-se de armas e munições numa loja perto da ponte do rio Stono. Içaram uma bandeira e continuaram a caminhar para sul, em direcção à Flórida espanhola, conhecida como refúgio de escravos foragidos.

Vários factores teriam conhecido estes escravos que a sua rebelião teria êxito e poderia levá-los à liberdade. Uma epidemia de febre-amarela tinha enfraquecido o poder dos proprietários de escravos e falava-se de uma guerra entre a Grã-Bretanha e a Espanha.

Em Março de 1741, Nova Iorque voltou a viver um ambiente de violência, quando uma série de incêndios deflagrou na cidade. De imediato, as autoridades acusaram a crescente população masculina de escravos. Destes, 17 foram enforcados e 13 queimados vivos, num incidente que ficou conhecido como a "Conspiração de Nova Iorque" ou a "Grande Conspiração Negra"

Por outro lado, eles estavam motivados pela esperança de liberdade que gozavam os escravos que conseguiram chegar à Florida. Para os escravos, 40 por cento dos quais eram originários de Angola, segundo alguns historiadores, a revolta representava a última oportunidade de libertação antes de 29 de Setembro, data em que a

Lei de Segurança de 1739 entraria em vigor, requerendo para todos os homens brancos a andarem armados aos domingos.

Os rebeldes, cujo número chegou a atingir 80, incendiaram 7 plantações e mataram vários brancos. O vice-governador da Carolina do Sul, William Bull, mobilizou os fazendeiros e proprietários de escravos para

fazerem frente a Jemmy e seus correligionários. No dia seguinte, milícias montadas a cavalo alcançaram os escravos em fuga. Na refrega que se seguiu, 20 brancos e 44 negros morreram antes de a rebelião ter sido abafada.

Os escravos foram decapitados e as suas cabeças enfiadas em estacas separadas de milha a milha entre o local do combate e Charleston. Inspirados pela rebelião de Stono, como ficou conhecida, houve uma sublevação de escravos na Geórgia, em 1740, seguida de outra no ano seguinte, mais uma vez na Carolina do Sul.

A rebelião de Stono provocou uma moratória de 10 anos nas importações de escravos através de Charleston e na promulgação de um "código de escravos"

mais rigoroso, que proibia, nomeadamente, a estes ganharem dinheiro e beneficiarem de educação. O armazém do Hutchinson, local onde começou a denominada rebelião dos escravos de rio Stono, foi declarado património histórico nacional em 1974.

Em Março de 1741, Nova Iorque voltou a viver um ambiente de violência, quando uma série de incêndios deflagrou na cidade. De imediato, as autoridades acusaram a crescente população masculina de escravos. Destes, 17 foram enforcados e 13 queimados vivos, num incidente que ficou conhecido como a "Conspiração de Nova Iorque" ou a "Grande Conspiração Negra".

Estes desenvolvimentos surgiram num contexto de maior concorrência económica entre brancos pobres e escravos; um Inverno rigoroso; a guerra entre a Grã-Bretanha e a Espanha, assim como um crescente sentimento anti-católico e anti-espanhol; e a influência dos movimentos contestatários na Carolina do Sul e no Caribe.

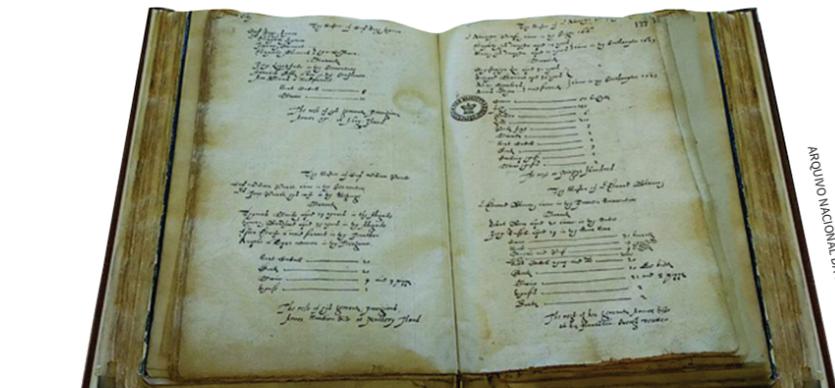
Entre Março e Abril desse ano, 13 incêndios foram ateados na zona baixa de Manhattan, tendo o mais significativo ocorrido no interior do Forte George, na altura a residência do governador. No auge da histeria que se seguiu, quase metade dos escravos do sexo masculino com mais de 16 anos foram encarcerados. Num processo expedito e público, 20 brancos e 152 negros foram presos, julgados e condenados.

A maioria deles foi enforcada ou queimada viva, não se conhecendo o número específico dos executados. Um professor e um padre católico foram acusados de serem os mentores da conspiração. Dois supostos líderes da rebelião, Caesar, um escravo ao que parece angolano e católico, e John Hughson, um sapateiro branco proprietário de uma taberna, foram enforcados e os seus cadáveres deixados a apodrecer em público - uma advertência clara do fim a que estariam sujeitos todos aqueles que fossem acusados de actividades consideradas subversivas pelas autoridades.

Relações inspiradas num passado comum

No imaginário dos escravos, Angola tornara-se o símbolo de liberdade, de emancipação do Homem Negro e da resistência à dominação. O nome passou a ser dado às comunidades criadas pelos escravos foragidos, muitas delas lideradas ou inspiradas por negros angolanos. Desse legado histórico, hoje a cidade mais célebre denominada Angola fica no Estado de Louisiana, a 50 milhas de Baton Rouge.

Nesta antiga plantação de mais de sete mil hectares, cuja maioria de escravos era naturais de Angola, em 1835, foi construída a Penitenciária Estadual da Louisiana. Conhecida como "A Plantação", é o maior estabelecimento prisional dos EUA, onde 85 por cento dos presos são enviados para lá para morrer, no cumprimento de penas de prisão perpétua. Cerca de três quartos destes são norte-americanos



Registo do censo de 1624. Angola está na sétima linha a contar de baixo

de origem africana. Porém, existem ainda outras Angolas, menos famosas, nos estados de Nova Iorque, Delaware e Indiana, comunidades que nasceram fruto da presença de escravos angolanos e da sua determinação pela liberdade e dignidade humanas numa América em formação.

Antropólogos e historiadores norte-americanos estão

envolvidos no chamado "Projecto Angola", um levantamento da história das várias localidades existentes nos EUA com o nome de Angola. Esta iniciativa tende a dar ênfase e a preservar o papel histórico que os angolanos desempenharam, quer no surgimento da nação americana, quer na luta contra a escravatura e a emancipação sub-

sequente do homem negro na América do Norte, em particular, e no mundo, em geral.

Este sentimento de missão continua séculos depois a animar as novas gerações angolanas para a dignificação dos povos africanos, recentemente manifestando-se, por exemplo, no seu apoio incondicional à luta pela independência do Zimbábue, da Namíbia,

do fim do apartheid na África do Sul e a consequente vitória da maioria negra.

Uma melhor compreensão da história comum que liga Angola aos EUA, particularmente na génese da nação americana tal como a conhecemos hoje, poderia contribuir para uma relação bilateral mais profunda, abrangente e sincera entre Luanda e Washington, num espírito de maior irmandade e cumplicidade entre os seus povos.

Unidos pelas circunstâncias de um passado em que se começava a desenhar os contornos do "Novo Mundo", com a colonização do território americano, ambos os países deveriam continuar a reforçar e a expandir a sua cooperação no presente, para que pudessem encarar os desafios e oportunidades do futuro com uma confiança, baseada no respeito da soberania de cada um, na complementaridade de uma diplomática activa e no engajamento recíproco da defesa dos interesses comuns na comunidade das nações.

Bibliografia

Africans in the Americas: A History of the Black Diaspora by Michael L Conniff and Thomas J Davis (New York, St. Martin's Press, 1994)

A Rumor of Revolt: The 'Great Negro Plot' in Colonial New York by Thomas J Davis (New York Free Press, 1985)

Root and Branch: African Americans in New York and East Jersey 1613-1863 by Graham Russell Hodges (University of North Carolina Press, 1999)

Encyclopedia of Slave Resistance and Rebellion by Junius P Rodriguez,

Westport, Conn. Greenwood, 2006. ISBN 0313332711.

"Stono: Documenting and Interpreting a Southern Slave Revolt" by Mark M. Smith, Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 2005. ISBN 1570036055.

Black Majority: Negroes in Colonial South Carolina from 1670 through the Stono Rebellion, by Peter Wood, New York: Norton, 1975. ISBN 0393007774.

■ INICIATIVA DO THE NEW YORK TIMES

Projecto 1619 destaca a História e o legado da escravatura

The 1619 Project

“O Projecto 1619 é uma iniciativa importante do The New York Times, para celebrar o 400º aniversário do início da escravatura na América colonial. O objectivo é reformular a História do país, entender o ano de 1619 como o da nossa verdadeira fundação e assentar as consequências da escravidão e as contribuições dos negros americanos no centro da História que nós contamos sobre quem”, explica a equipa de jornalistas

Faustino Henrique

Para marcar o 400º aniversário da chegada dos primeiros africanos escravizados no território actual dos Estados Unidos da América, o jornal The New York Times lançou, no dia 18 do corrente, o chamado “1619 Project”, uma série de peças jornalísticas, numa edição especial dedicada à História e o legado da escravatura naquele país da América do Norte. O projecto incluiu uma série de áudio de cinco partes e eventos nas cidades de Nova Iorque e Washington, no quadro de iniciativas que se vão reverter em conteúdos a serem distribuídos em escolas secundárias e universidades nos meses que se seguem.

Liderado pela jornalista de investigação Nikole Hannah-Jones, a equipa do projecto recrutou jornalistas, escritores e artistas negros, para contribuir e abordar temas como o impacto da escravatura nas práticas laborais modernas nos Estados Unidos, bem como a influência da raça no país.

Segundo a declaração da equipa que se propôs fazer o trabalho, a iniciativa pode ser definida nas seguintes palavras: “O Projecto 1619 é uma iniciativa importante do The New York Times, para celebrar o 400º aniversário do início da escravatura na América colonial. O objectivo é reformular a História do país, entender o ano de 1619 como o da nossa verdadeira fundação e assentar as consequências da escravidão e as contribuições dos negros americanos no centro da História que nós contamos sobre quem somos”.

Como um projecto fracturante, numa sociedade hoje, mais do que nunca, dividida em linhas raciais, o projecto está a gerar as mais variadas reacções, desde as optimistas e incentivadoras às que, curiosamente, chegaram até a considerar como propagandísticas.

Muitos não duvidam que a contribuição dos africanos ao longo de 400 anos serviu também para erguer um país hoje visto como a maior potência económica mundial. Como exemplo, aponta-se o chamado “Soft Power” americano, particularizando-se aqui a música e o desporto,

nos quais os descendentes de africanos encontram-se bem representados, que atrai em todo o mundo milhares de adeptos, seguidores e admiradores, o que eleva os lucros das cadeias de televisão e comprova o lado preponderante do legado da população de origem africana.

“Quase tudo que fez a América excepcional cresceu a partir da escravidão”, disse Daniel Pipes, editorialista do jornal The New York Times, com palavras que espelham bem o lado positivo do legado da população negra americana.

O articulista do prestigiado jornal da mais famosa cidade americana disse, reagindo às reacções negativas: “Como historiador, estou sem palavras com essa ignorância. Como americano, estou chocado com esse revisionismo feio. Como observador da mídia, não estou surpreso com esse anti-americanismo vil”.

Entre as vozes que se opõem às iniciativas que pretendem celebrar os 400 anos de aniversário do início da escravatura nos Estados Unidos, consta a do antigo terceiro homem na hierarquia da Nação Americana e antigo aspirante à Casa Branca, Newt Gingrich. O speaker da câmara baixa do Congresso, durante o mandato do Presidente Bill Clinton, disse que o projecto do jornal nova-iorquino constitui propaganda, que, na sua opinião depreciativa, devia intitular-se de “toda a propaganda com a qual gostaríamos de vos fazer uma lavagem cerebral”.

Em reacção ao que o político republicano disse, Dave Johnson, um produtor, reagiu assim na rede Twitter: “Uau. Gingrich diz que um projecto para informar as pessoas sobre a escravidão nos EUA é “propaganda” para “fazer lavagem cerebral” nas pessoas. O Partido Republicano é um projecto nacionalista branco”.

Mas outras figuras políticas americanas, entre elas as que se propõem concorrer à nomeação democrata para disputar as eleições presidenciais de Novembro de 2020, entre afro-americanos e não só, pronunciaram-se favoravelmente à iniciativa do jornal The New York Times.

Beto O'Rourke, antigo membro da Câmara dos Representantes e pré-candidato à nomeação demo-

crata para as eleições de Novembro de 2020, escreveu na sua página do Twitter que “este é o 400º aniversário do primeiro navio de escravos, que desembarcou em nossas costas - sequestrados da África e trazidos para cá sob cativo, para construir a riqueza da América. Junte-se a mim lendo o Projecto 1619, porque precisamos de entender a nossa História completa, para começar a reparar essa injustiça”.

Cory Booker, político americano, actual senador pelo estado de Nova Jérsea e igualmente pré candidato à nomeação democrata, disse, em reacção à criação do Projecto do The New York Times, que “já se passaram 400 anos desde que os primeiros escravos foram trazidos aqui em cadeias. Vivemos as consequências do pecado original da nossa nação desde então. Por favor, junte-se a mim na leitura desta série profundamente poderosa “1619 Project”.

Kamala Harris, advogada e senadora dos Estados Unidos pela Califórnia, eleita em 8 de Novembro de 2016, disse que “o Projecto 1619” é um instrumento poderoso e necessário da nossa História. Não podemos entender e abordar os problemas de hoje sem falar a verdade sobre como chegámos até aqui”.

O estudioso, escritor e professor de História e Assuntos Públicos na Universidade de Princeton, Julian Emanuel Zelizer, atacou o silêncio de sectores conservadores dos Estados Unidos que, a todo o custo, procuram minimizar o legado da população de origem africana.

Citou o Presidente Donald Trump, cuja agenda tem servido para fomentar a onda de ódio, racismo e contributo, directa ou indirectamente, para fazer avançar a agenda da direita e extrema-direita nos Estados Unidos.

Julian Zeliger disse que “alguns conservadores agora estão a atacar o inteligente, e perspicaz “Projeto 1619 como “propaganda”, enquanto elogiam as invenções totais e a desinformação de @realDonaldTrump como proclamações presidenciais admiráveis. O estado de conservadorismo em 2019 é muito lamentável”.

A visão conservadora

A julgar pelas informações divulgadas por meios de comunicação identificados com sectores da direita, os sectores conservadores não ficaram felizes com iniciativas de celebração dos 400 anos da presença africana na América. E parece não constituir surpresa a actual administração republicana não ter feito qualquer pronunciamento sobre o assunto.

Alguns pesos-pesados intelectuais de direita, como Newt Gingrich, ou intelectuais simples, como Erick Erickson, passaram os últimos dias a escrever na rede Twitter, de forma obsessiva, quer criticando a iniciativa do jornal The New York Times, alegando que as intenções e formulações eram confusas e propagandísticas e atacando o legado dos africanos.

Para os conservadores brancos, sem que alguém tenha colocado as coisas nestes termos, aceitar que os Estados Unidos não existiriam sem a escravidão significaria reconhecer que os fundadores não eram os criadores de um sistema que estabelece os limites em todas as reivindicações modernas, com recurso à Justiça. Isso, de acordo com segmentos conservadores, “significaria que a liberdade era, na prática, uma questão de exclusão tanto quanto a inclusão e que o sucesso e a prosperidade dos Estados Unidos se devem mais a séculos de exploração do que à bênção de Deus a um povo excepcional”.

Mas o seu projecto político, numa referência à iniciativa do jornal, nem sequer considera aquelas últimas perspectivas mencionadas acima, numa alusão à “bênção de Deus”. E, continua a reacção contra a iniciativa do The New York Times, “a resposta do diário foi igual a uma enxurrada de argumentos que visa discutir a História deste país, a última coisa que este país precisa”.

Segundo esses sectores da sociedade americana, o jornal The New York Times “estava a ser divisionista, nihilista ou estava a implementar um esquema secreto para fazer os americanos votar contra Trump, alegando que o racismo era um problema contínuo”.

■ MINISTRO MANUEL AUGUSTO

História de Angola entra para os grandes marcos mundiais

Edna Dala

Angola faz parte dos grandes marcos históricos do mundo, ao assinalar os 400 anos da chegada dos primeiros 20 escravos angolanos aos Estados Unidos da América. Num momento em que está a criar condições para a celebração da efeméride, o chefe da diplomacia angolana, Manuel Augusto, afirmou que perante estes factos devemos, através das nossas acções, tentar dignificar a História nacional.

O chefe da diplomacia angolana, que falava, quarta-feira, na cerimónia de empossamento dos novos cônsules de Angola no Porto (Portugal), Oshakati (Namíbia), Cidade do Cabo e Joanesburgo (África do Sul), sublinhou que está provado cientificamente, do ponto de vista histórico, que os primeiros 20 escravos a pisar o solo dos Estados Unidos da América eram provenientes de Angola.

Manuel Augusto destacou que Angola é uma fonte adormecida de conhecimento, cujo território conheceu e passou muito à História mundial. Neste âmbito, disse, todas as condições estão a ser criadas para as comemorações dos 400 anos da chegada dos primeiros escravos aos Estados Unidos.

Para o efeito, disse, neste momento está uma equipa de especialistas em Washington, DC, nomeadamente, a directora da Direcção América do Ministério das Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, Miguel Bembe, e altos funcionários da Embaixada de Angola em Washington e do Ministério, para as celebrações, que acontecem já na última semana de Setembro.

A celebração dos 400 anos da chegada dos primeiros 20 escravos angolanos ao território norte-americano, com várias actividades nacionais e internacionais, foi determinada pelo Presidente João Lourenço, que criou uma comissão interministerial, através do Despacho Presidencial nº 146/19, de 9 de Agosto.

De acordo com o despacho, a celebração “encerra uma oportunidade singular para Angola projectar a sua imagem e divulgar a sua importância histórica no desenvolvimento dos Estados Unidos da América”.

Tendo em conta “a relevância da História angolana protagonizada pelos filhos da nossa pátria além-fronteiras”, o Governo decidiu, por isso, juntar-se à comemoração, que vai ter lugar no Museu Nacional da História Afro-Americana, em Washington D.C.

A comissão é coordenada pelo ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e integra ainda a ministra da Cultura, Maria da Piedade de Jesus (coordenadora-adjunta), o ministro das Finanças, Archer Manguera, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, e a ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Maria do Rosário Sambo.

Foi em Agosto de 1619 que os primeiros navios portugueses, transportando africanos que tinham sido raptados e vendidos como escravos no território que viria a ser Angola, chegaram à cidade de Jamestown, no estado da Virgínia, na altura uma colónia britânica.



Faustino Henrique

O que representa, do ponto de vista histórico, cultural e antropológico, o facto de os primeiros africanos que chegaram ao actual território dos Estados Unidos, em Agosto de 1619, terem partido da bacia do Kwanza?

Há duas impressões com que ficamos. A primeira tem a ver com um sentimento de nostalgia e a segunda é a sensação de alegria. Mas a nostalgia tem a ver com tristeza, embora pareça um bocado antagónico. É que esses africanos e, sobretudo, angolanos não foram de sua livre e espontânea vontade. Foram ali como tantos outros, através de um acto de rapto, retirados à força dos seus territórios para nunca mais voltar. Muitos pereceram pelo caminho e isto marca uma parte muito cruel da nossa História, enquanto africanos e angolanos. Por outro lado, há também um sentimento de vitória, porque, apesar de os “desumanizarem”, com a escravatura e todas as tentativas de os dizimarem e de apagarem a sua História, os povos africanos conseguiram sobreviver. Grande parte do que são hoje os Estados Unidos foi erguida na base do sangue, suor e da inspiração dos povos de África. Os africanos que se encontravam na América colonial, enquanto escravos, eram prisioneiros de guerra, que foram raptados. A condição jurídica de escravo não existe.

Na sua opinião, a que se deve o reduzido intercâmbio entre Angola e a comunidade afro-americana?

É preciso clarificar que eles não são “afro-americanos”, são mesmo africanos. Chamá-los “afro-americanos” pressupõe encará-los como não americanos e ao mesmo tempo não africanos. São africanos que foram à força para o continente americano. Essa é a primeira caracterização antropológica, porque os europeus que também foram lá parar, ocupando terras dos autóctones índios, não se chamam “euro-americanos”. O reduzido intercâmbio deve-se às lideranças africanas que não souberam assumir a “África na Diáspora”. A culpa recai também sobre os europeus, que, mal começou o comércio transatlântico, tinha também começado a colonização de África, negando aos africanos a sua cultura. E para que os africanos na América tivessem os direitos civis assegurados, os europeus tiveram que esperar por Martin Luther King. Por outra, com a colonização, acabaram também por nos retirar a cidadania. Os africanos na América tiveram de lutar para serem cidadãos. As nossas elites africanas não reclamaram a “África na Diáspora”, tal como fazem os outros povos, como, por exemplo, os chineses. Não há chineses-africanos ou chineses-americanos. Eles consideram apenas que só há chineses. É essa a leitura que devíamos, há muito, fazer

■ ANTROPÓLOGO FILIPE VIDAL

América foi erguida com o sangue, suor e inspiração dos africanos

No quadro da celebração do 400º aniversário da chegada dos primeiros africanos ao território actual dos Estados Unidos, o *Jornal de Angola* ouviu o professor de Antropologia e História das Artes, do Complexo das Escolas Médias das Artes (CEARTE), instituição de ensino médio afecto ao Ministério da Cultura, Filipe Vidal. O historiador defendeu que o facto “representa um sentimento de nostalgia e de alegria”, tendo adiantado que, “apesar de tudo, os povos africanos conseguiram sobreviver” e que é preciso maior intercâmbio entre o que chamou de África e a “África na Diáspora”



para com os nossos irmãos, porque não se justifica que os africanos que se encontram na América tenham que ter um passaporte para regressar às terras dos seus antepassados. Nós precisamos de preparar a África para os nossos irmãos africanos e eles têm também de se preparar para que possam regressar para contribuir para o desenvolvimento do continente.

Disse que os políticos pouco ou nada fizeram para resgatar ou promover os laços com a Diáspora africana na América. Onde fica a responsabilidade dos intelectuais?

Nós, os intelectuais, temos feito muito, na medida em que participamos em conferências, simpósios... No meu caso, em particular, tenho me empenhado para que deixemos de ter um currículo escolar, em minha opinião, anti-africano, na medida em que não aborda em profundidade a História de África. Não se fala nos nossos manuais de forma profunda da História de África. A História que consta dos manuais é fundamentalmente sobre a escravatura e contada na versão dos antigos coloni-

zadores. Da África gloriosa nada se fala, mas ela existe, foi escrita e inaugurada por Cheik Anta Diop. Vale dizer também que muitos escritores “afro-americanos” escreveram bastante sobre África, sobre as nossas tradições e vemos isso nos Estados Unidos, Caraíbas, Brasil, países com os quais temos intercâmbio. Estamos a apoiar a pesquisa de uma professora brasileira, que está a fazer o seu doutoramento relacionado com o Reino do Kongo. Ao nosso nível, temos feito e o que falta é o apoio institucional.

Sem a escravatura, sem o contributo dos africanos, os Estados Unidos não seriam mesmo o que se tornaram hoje?

Completamente. Os Estados Unidos da América ganharam muito com a escravatura. As grandes cidades daquele país foram edificadas por africanos, negros escravizados, e uma delas é a Nova Amsterdão, depois denominada de Nova Iorque. A primeira Igreja Protestante foi criada por angolanos, Paul Santomi, John Kongo e outros, angolanos escravos e descendentes. A mão-de-

obra em mais de 200 anos sem qualquer tipo de remuneração é que ergueu aquele país. Aquela terra pertence-lhes como aos caucasianos. E não é exagero dizer que os cidadãos caucasianos trabalharam pouco naquela terra comparativamente aos africanos. Todo o trabalho braçal e espiritual que moldou aquele país foi dos africanos. Outra questão tem a ver com o que sucedeu durante a Guerra de Secessão, em que Abraham Lincoln disse uma coisa muito importante: “Se a União depender da escravatura, eu vou manter a escravatura. Se a União depender do fim da escravatura, eu vou acabar com a escravatura”. Isso demonstra bem qual o peso económico que a escravatura teve para aquela sociedade. Sectores conservadores nos Estados Unidos estão contra as iniciativas que visem celebrar os 400 anos da presença africana na América... De certeza que esses sectores pertencem ao mesmo segmento caucasiano da população americana, cujos antepassados fomentaram e promoveram a escravatura. São os mesmos sectores que

apoiaram o linchamento de africanos, os mesmos sectores que não apoiaram as independências africanas, nem a cedência da cidadania plena aos descendentes da escravatura. Claro que eles têm vergonha de assumir isso; têm vergonha que as novas gerações saibam do que se passou; têm vergonha de que, apesar da Constituição do país dispor que “todos os cidadãos nascem livres e iguais, com os mesmos direitos” e com a Décima Terceira Emenda à Constituição, que proibia a escravatura em todo o território americano, não se conseguiu dar a cidadania plena aos africanos na América.

Como antropólogo, alguma vez vos ocorreu a inquietação ou necessidade de investigar mais sobre a realidade que torna o nosso país o primeiro a contribuir para o povoamento de africanos no Novo Mundo?

Já fizemos isso. Fruto do que disse sobre os nossos programas, que enfatizam mais a História de África na visão dos antigos colonizadores, quando se estuda as artes, diz-se que os grandes movimentos surgem no século XIX, mas sem a contribuição dos africanos. Isso é mentira, porque grande parte do que se conhece hoje como arte teve também o contributo dos africanos. Quando falamos da música, migramos para América do Sul e do Norte, onde vemos os nossos artistas que, em condições normais, estariam a produzir aqui, mas acabaram levados para a Diáspora. É preciso notar que foram levados as melhores cabeças, os melhores artistas, os arquitectos e outros, que acabaram por “revolucionar” os países para onde foram levados à força.

E que lições, como angolanos, podemos retirar disso?

Temos de despertar e entender que somos um dos povos que civilizou o Novo Mundo. Da mesma forma que os nos-

so irmãos conseguiram triunfar, erguendo universidades nos Estados Unidos, com figuras proeminentes como Booker T. Washington, George Washington Carver, o inventor do plástico, e outros descendentes de pessoas que saíram desta terra e lá se tornaram cientistas por conta própria, também podemos triunfar. Temos de valorizar mais a nossa própria História e devemos começar a aprender a resolver os nossos problemas de dentro para fora e não o contrário, como sucede.



PERFIL

Filipe Artur Vidal, licenciado em História e Pedagogia pela Universidade Agostinho Neto, é autor do livro que foi transformado em documentário sob o título “A dignidade de um continente”, longa-metragem filmada em 2018, como resposta ao que chama de “considerações negativas” sobre África, proferidas durante a conferência de imprensa do G-8, que teve lugar em Hamburgo, Alemanha, um ano antes. É docente há 15 anos da disciplina de Antropologia e História das Artes no Complexo das Escolas Médias das Artes (CEARTE), instituição de ensino médio afecto ao Ministério da Cultura, nos cursos de Pintura, Música e Dança. É igualmente conferencista e professor convidado em muitas instituições de Ensino Superior.



Cidade de Nova Iorque foi construída, segundo os historiadores, por escravos africanos